

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 6/2016

Da reunião ordinária privada realizada no dia 08 de abril de 2016, iniciada às 09:10 horas e concluída às 12:30 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	13
Agenda	13
Aprovação de Actas	13
Balancete	13
Despacho	13
DAG	14
DOP	15
DL	17
DGU	18
DEASS	19
DCJD	21
Aprovação em minuta	23
Votação das deliberações	23
Encerramento	23
Montante Global dos Encargos	23

ABERTURA

ATA Nº 6/2016

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária privada da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores, Carlos do Carmo Martins, Joaquim António Matias, José Joaquim Pinto de Almeida, Jorge Manuel Torrão Nunes e Nuno Flávio da Costa Reis, em substituição da Senhora Vereadora Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Nelson António Mendes da Silva.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E pelas 9:10 horas o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente reunião

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início à reunião.

Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi apreciada e decidida a justificação apresentada para a renúncia de mandato do eleito Nelson António Mendes da Silva, transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara. Uma vez que a renúncia foi apresentada ao órgão na presente reunião, por força das disposições conjugadas do disposto nos n.ºs 4 do artigo 76.º e 1 do artigo 79.º do mesmo diploma legal, a convocação do membro substituto apenas ocorrerá para a próxima reunião do órgão executivo.

Referiu que a sua decisão foi ponderada e que se fundamenta em questões de natureza ética, moral e pessoal.

Referiu ainda que “lamento que ele tenha tomado esta decisão, pois é um cidadão e um político apetrechado, capacitado, inteligente e sempre que um Órgão fica amputado de uma pessoa capacitada e inteligente, o Presidente da Câmara não pode, obviamente, ficar satisfeito com a sua saída, à margem das relações de amizade e pela forma cordial como ao longo da vida lidámos, não obstante de pequenas divergências, que fazem parte da vida política, desde que com educação e sem minimizar as pessoas a título pessoal, tudo é admissível na vida política. A vida continua e o Concelho espera pelo nosso trabalho proactivo, empenhamento e dedicação e estou certo que vamos em conjunto e, independentemente das opiniões que tenhamos uns dos outros, temos que prosseguir.”

Relativamente à contratação das Tarefeiras das Escolas do 1.º ciclo reafirmou ser intenção da Câmara pôr termo a essa precariedade, dar segurança e estabilidade laboral a essas Colaboradoras, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e pela ordem de antiguidade de cada uma delas.

Sobre o plano de requalificação das estradas do concelho apresentou um documento aos presentes que irá distribuir e referiu que se está a intervir de acordo com a disponibilidade financeira do Município e com os escassos meios técnicos de que a Câmara dispõe, não obstante de “estar a ser feito um Plano sustentável, com estratégia, olhando para o futuro e não apenas para o horizonte curto de um ano económico ou de um mandato, tendo também a ver com a disponibilização de verbas por parte do Governo através do Orçamento de Estado, via fundos comunitários caso venha a ser aprovado a renegociação que o Governo está a fazer junto da Comunidade Europeia, para contemplação das vias de comunicação.”

Referiu que é um mal de todas as vias de comunicação nos Municípios do interior, salvo raras exceções, designadamente os de Fundão e Pampilhosa da Serra, que trabalharam e aproveitaram e bem os fundos comunitários que existiam para o efeito, enquanto outros, tal como o nosso, não os aproveitaram. “Sendo a nota negativa, o desaproveitamento dos fundos comunitários. Mesmo assim, as reparações que foram feitas, foram defeituosas e pouco eficaz, mesmo havendo dinheiro, e faço um pequeno parentese, para lembrar e não me cansarei de repetir, que o concelho da Covilhã foi governado durante 16 anos com receitas extraordinárias, dezenas de milhares de euros, eram incompreensível que assim seja”.

Afirmou que, quanto à metodologia definida, “está a ser feito um diagnóstico com a definição da tipologia da intervenção e de matrizes de prioridades que servirá de referencial para escolhermos qual é a via que vamos intervir, com critérios de absoluta necessidade, da segurança das pessoas, de fluidez de tráfico, de desenvolvimento económico, entre outros.

O Caderno de Encargos, o cronograma temporal e a revisão do Plano é indispensável e poderá ser ajustado. Inicia-se em setembro de 2016 e será introduzido nas Grandes Opções do Plano para 2017. Na execução do Plano durante o ano de 2017, haverá uma avaliação no final do ano, verificando a percentagem de execução e o que é necessário corrigir, nas 82 vias sinalizadas. Em 2016 estamos a fazer as reparações de emergência, dando prioridade às

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

ligações da sede do concelho e às sedes das freguesias, sendo o valor apresentado, meramente indicativo e que anda na ordem dos 250.000€.”

Concluiu, apelando á capacidade síntese nas intervenções e referiu que iria ser muito rigoroso na condução das reuniões e exigente quanto ao tempo das intervenções e conteúdo das mesmas. E se e quando qualquer Senhor Vereador entrar em assuntos que não têm nada a ver com o assunto em discussão, “corto imediatamente a palavra”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias cumprimentou os presentes e informou de uma reunião que teve com a Associação “Amigos da Covilhã”, na qual foi solicitada a intervenção da Câmara para a limpeza dos fontanários, a limpeza das ribeiras da cidade e áreas envolventes, a limpeza da zona da Palmatória, a substituição de árvores secas no Parque Alexandre Aibéo e a substituição do Parque Infantil no Jardim Público.

De seguida apresentou um conjunto de propostas, para o Senhor Presidente apreciar e agendar, que vertem sobre os determinados temas:

- Suporte Básico de Vida – IPSS, Lares e Centros de Dia
- Unidades Locais de proteção Civil
- Projeto Escola em prontidão
- Município em prontidão – Funcionários
- Centro Formação Municipal para Agentes de Proteção Civil

Entregou ainda os seguintes documentos que se transcrevem:

“ Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Vereadores,

A proposta de infraestruturas que o governo candidatou a financiamento de Bruxelas prevê a construção de um troço novo de ferrovia entre Aveiro e Mangualde e a modernização da linha da Beira Alta, entre a Pampilhosa e Vilar Formoso, entre outros. Só estas duas linhas implicam um subsídio de 762 milhões de euros, mas estão disponíveis para Portugal apenas 510 milhões de euros. Autarcas e empresários do Norte e Centro acusam o Governo de “brincar com dinheiro público.”

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Como é sabido, é nossa preocupação, o estado em que se encontra o troço que liga a Covilhã à Guarda. Esta proposta de infraestruturas que o Governo candidatou, não nos dá a garantia dessa tão importante remodelação desse troço, pelo que, venho propor, que o Senhor Presidente faça as diligências que entender por necessárias para que sejamos informados por parte do Ministério da tutela, para quando essa tão importante intervenção.”

Sobre este assunto o Senhor Presidente respondeu de imediato que em reunião com o Senhor Ministro do Planeamento lhe foi comunicada a preocupação da realização desta intervenção, com a confirmação da verba no valor dos 500 milhões de euros, sendo que irá procurar reforçar esse valor, para a realização desta obra, têm que intervir na linha da Beira Baixa, requalificando a ligação ferroviária entre a Covilhã e a Guarda.

Prosseguindo, o Senhor Vereador Joaquim Matias disse ainda:

“Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Vereadores,

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

Estive reunido com um empresário que está a fazer algum investimento (significativo), que me alertou para o facto de existirem empresários que procura deslocalizar possíveis investimentos na zona industrial do Tortosendo, pelo facto de a zona em que estão localizados não estar servida de uma acessibilidade que em tempos lhes foi apresentada, e que está prevista na planta que se anexa.

Venho sugerir ao Senhor Presidente, que se possa fazer uma análise da situação, e ver da possibilidade da realização da referida acessibilidade, uma vez que iria trazer benefícios para todas as partes.”

Informou ainda da realização, durante os meses de abril e maio, de 26 ações de formação a terem lugar em 20 instituições, como Lares, IPSS, Centros de Dia e Jardins de Infância do concelho, sobre o tema “SBV – Suporte Básico de Vida, Salvar Vidas – 2016”, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e que fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

Solicitou esclarecimentos sobre um conjunto de processos de urbanismo em que foi pedido parecer à CCDRC, bem como cópia desse pedido de parecer, “uma vez que o urbanismo mandou para os serviços, as preocupações que nós gostaríamos de ver respondidas em relação a essa matéria e o parecer da CCDRC não responde às questões que colocámos. Eu queria confrontar o que foi pedido, com o que foi respondido e como ainda não tenho esse pedido de parecer, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, eventualmente, os pedidos de informação ou outros pedidos que eu dirijo à Senhora Diretora de Departamento de Administração Geral, os tenho que fazer através do Senhor Presidente da Câmara ou se os posso fazer diretamente à Senhora Diretora. Se estamos todos no mesmo barco e se estamos aqui para agilizar processos e procedimentos, eu entendo que quanto mais barreiras criarmos, pior é.”

Referiu ainda que estão a acompanhar 13 processos que estão no Tribunal e que através do seu despacho de caducidade que proferiu no dia 17/01/2015 já se conseguiu ganhar alguns deles no Tribunal Administrativo de Castelo Branco, sem que haja quaisquer prejuízos de indemnizações para o Município.

Quanto o processo de loteamento junto ao antigo aeródromo, que foi referido na última reunião, que supostamente não estava a ser tratado, informou que o mesmo ficou concluído na segunda-feira seguinte, por parte da Divisão de Urbanismo.

O Senhor Vereador Nuno Reis após cumprimentar os presentes questionou sobre a situação dos “não-Arquitetos” e dos Engenheiros que podem assinar projetos de arquitetura e qual o parecer dado pela CCDRC sobre este assunto.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse, sobre essa diretiva comunitária, que aguarda resposta da CCDRC e acrescentou que a maioria dos Municípios não a aceita por se por em causa a legalidade dos projetos.

O Senhor Presidente acrescentou que se deverá aguardar pelo parecer solicitado à CCDRC e, após isso, decidir a vinculação ou não da referida diretiva comunitária.

O Senhor Vereador Nuno Reis prosseguiu a sua intervenção questionando sobre o que está previsto fazer para a resolução do problema do Tribunal de Trabalho e o que pretende informar à Senhora Secretária de Estado, na próxima semana, face à sua visita ao mesmo.

Relativamente à sua proposta sobre a criação do Observatório Local dos problemas sociais e de pobreza, informou que receberam informação que numa escola do Paul existiam ainda 9

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

alunos sem manuais escolares, quase em término do ano letivo, pelo que considerava que “este observatório local, com o empenho de diversas instituições locais, nomeadamente as escolares, pode resolver de imediato alguns problemas que se arrastam ao longo do tempo.”

O Senhor Presidente solicitou à Senhora Chefe de Divisão de Ação Social para que verificasse a situação para posterior resolução e sugeriu ao Senhor Vereador Nuno Reis que apresentasse uma proposta da composição desse Observatório Local para posterior discussão e decisão da Câmara.

Continuando no uso da palavra, o Senhor Vereador Nuno Reis, quanto às direções de saúde da nossa região e designadamente o ACeS Cova da Beira, que coordena todos os Centros de Saúde da Cova da Beira, referiu que há mais de um ano que não tem Presidente da Direção; quanto à questão dos Corpos Dirigentes do Centro Hospitalar Cova da Beira, ainda não está resolvida, questão levantada no Parlamento e bem, uma vez que o Conselho de Administração já teria tomado posse, sem a nomeação por parte do Governo, estranhando a situação ocorrida, que nada tinha contra o mérito das pessoas escolhidas, muito pelo contrário, nem contra o Ministério na tomada de decisão, entendendo que não houve um respeito institucional para com o Centro Hospitalar Cova da Beira e para com as populações do interior.

Sobre “a renúncia de mandato do Senhor Vereador Nelson Silva peço para termos acesso ao documento que lhe fez chegar, uma vez que nós só tivemos acesso à conferência de imprensa, sem questões e sem perguntas de ontem. A nós não nos espanta nem nos surpreende esta decisão pois já a tinha tomado com o Movimento Acreditar que o elegeu. Espero que a partir deste momento, haja alguma tranquilidade e alguma paz, independentemente de sermos Vereadores a tempo inteiro ou não, estamos disponíveis para apoiá-lo e ajudá-lo no que for necessário.”

O Senhor Vereador José Pinto saudou todos os presentes e quanto ao assunto sobre a criação do observatório local lembrou que há já muito tempo vem falando sobre este assunto, pois aqueles que se dedicam a estas causas e prestam serviço à comunidade se devem organizar, além de já ser um trabalho iniciado.

No que respeitava à intervenção do Senhor Vereador Joaquim Matias no que respeita à linha da Beira Baixa, disse concordar e sublinha com a sua tomada de posição e preocupação, para que constasse em Ata, na comunidade e que é de todos.

Manifestou o seu apoio às iniciativas promovidas pela Proteção Civil quanto à formação e sensibilização de pessoas.

No que respeitava ao Tribunal de Trabalho, questionou sobre o ponto de situação atual, no sentido de saber qual vai ser a sua resolução, bem como, se já há ou não algum desenvolvimento e uma solução para o problema do Banco Alimentar Contra a Fome.

Questionou também, se já têm mais informação ou posição da Defesa do Ambiente ou do Ministério sobre a construção Barragem das Penhas da Saúde, uma vez que se poderá por em causa a sua construção.

Sobre o Plano de intervenção nas estradas do concelho afirmou que “pensava que o Senhor Presidente trouxesse algo de mais palpável e acho muito pouco este “show” que fez nesta apresentação. Lamento que só em setembro, quando as condições climatéricas se vão agravar é que iniciarão as reparações mais importantes. Acho que se exigia mais, depois de ter andado a anunciar neste tempo todo, essa pretensão.”

Relativamente à situação das Tarefeiras das EB1 e Jardins de Infância, leu o seguinte documento:

“DECLARAÇÃO

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, o comportamento da maioria do executivo, em particular nestas últimas duas semanas, é a todos os níveis inqualificável. Para além de pretender aproveitar-se das minhas diligências, pois se uma lista existe com a identificação das pessoas que trabalham no pré-escolar e primeiro ciclo, que se encontram numa situação precária, foi por minha solicitação e não pela iniciativa do Departamento de Educação, como o Senhor Presidente referiu na última reunião e voltou a referir hoje.

Por outro lado, querem sonegar essa informação a um Vereador da oposição usando a mentira em cima de mentira ou ignorando a referida solicitação, pois depois de colocada a questão via e-mail, o Senhor Presidente ignorou-a e para cúmulo dos cúmulo, um simples Chefe de Gabinete, por nomeação política, colocou em causa o direito de um eleito que fora sufragado pelos eleitores, ao dizer que tinha dúvidas se eu teria esse direito em ter acesso a essa documentação.

Senhor Presidente, a incompetência desta maioria é a sua marca; criar conflitos no seio do executivo é outra das suas facetas para assim disfarçar os muitos insucessos, mas transformar um partido que se diz socialista num partido antidemocrático não lembrava a ninguém, principalmente quando enchem a boca com acusações antidemocráticas sobre a gestão do anterior executivo. É verdade que esse foi o seu comportamento, contudo, a maioria do PS perde o direito em usar esse tipo de acusação, pois passou a usar o mesmo comportamento. Pode crer, Senhor Presidente, que não admito a qualquer um dos Senhores tal comportamento e muito menos a um simples Chefe de Gabinete que me escuso qualificar depois de tal comportamento. Nem aqueles que se tinham como dominadores do mundo me calaram sempre que eu entendia estarem a pôr em causa os meus direitos ou daqueles que me elegeram, por isso, podem registar que não serão também vocês.

Senhor Presidente, as minhas críticas foram sempre construtivas utilizando por vezes a ironia para desanuviar o mau estar quase sempre presente nas nossas reuniões. Confundiram essa minha forma de estar com seriedade na política, com a de “um bom rapaz” e não mais do que isso, pois entenderam que não precisavam de se preocupar comigo, uma vez que já tinham feito as “colheitas necessárias”.

Se pensam que esse é o caminho, estão muito enganados, sempre trabalhei de forma acérrima em todas as circunstâncias e não seria agora que iria mudar. Estas funcionárias serão defendidas por mim e pela CDU até às últimas consequências. Não só por ser um direito que lhes assiste, mas também porque as crianças com quem elas trabalham merecem ter técnicos motivados, com formação e capazes de lidar com algumas situações inesperadas que acontecem nas escolas, pois estamos a falar de crianças em tenra idade.

Podem registar a minha disposição e lamento ter de chegar a estes termos, mas pelos vistos vocês não sabem trabalhar a não ser através do conflito.”

Questionou ainda sobre o trabalho feito pelo Ex-Vereador Nelson Silva nestes últimos quatro meses, pois “não basta apenas a justificação dada pelo Senhor Presidente.”

O Senhor Vereador Nuno Reis interrogou também o Senhor Presidente sobre o facto de “ter informado que o Senhor Vereador Nelson Silva era responsável pela coordenação das Comemorações do Aniversário da Universidade da Beira Interior, para se perceber se agora, a poucos dias do aniversário, como está esse mesmo plano.”

O Senhor Vereador Carlos Martins disse parecer-lhe que “começou a corrida para as próximas eleições, depois dos acontecimentos das últimas duas semanas e também agora com a

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

intervenção do Senhor Vereador José Pinto. Sinceramente não me revejo, nem o Senhor Presidente da Câmara e nem o Senhor Vereador Jorge Torrão se reveem, na intervenção do Senhor Vereador José Pinto.

Quero também aqui solidarizar-me com o Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, apesar de não foi eleito, mas foi nomeado nos termos da Lei, não foi uma nomeação *ad hoc*.

Nós fomos eleitos e estamos aqui até ao final do mandato, e o futuro a Deus pertence. Não me revejo no que o Senhor Vereador José Pinto disse e não andamos aqui a brincar, nem os Técnicos, nem os Chefes de Divisão.

Sobre as Tarefeiras, é uma realidade que as Juntas de Freguesia praticavam essa irregularidade.

Quanto aos extintores, até fui eu, o primeiro, que os coloquei nas escolas, quando era Presidente da Junta de Freguesia da Conceição.

Vamos todos dar o nosso contributo e, certamente, se o Departamento de Educação tivesse tido conhecimento que havia 9 alunos, no Paul, que ainda não têm manuais escolares teriam resolvido a situação. Eu mesmo pago, do meu bolso, esses manuais escolares, como provavelmente cada um de nós o faria.

Sobre o observatório social digo que nós temos um Vereador da Ação Social e muito se tem feito a nível social e que há muito mais a fazer. Não vale a pena certas pessoas tentarem manipular, influenciar, denegrir, intrigar, porque tudo se sabe.

Faço votos que a pessoa que vem substituir o Senhor Nelson Silva venha por bem.

Não estava à espera desta intervenção do Senhor Vereador José Pinto, não tem razão e perde a razão desde o dia que foi convidado pelo Senhor Presidente para fazer parte do Executivo e não aceitou.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias lembrou o seu pedido de um conjunto de informações sobre determinados projetos que foram adjudicados pelo Município.

Referiu que “já estou formatado, até pela minha idade, a ouvir todas as críticas construtivas, as destrutivas e, obviamente que consumo aquilo que entendo que consumir.

Em relação aos pelouros que detenho, nomeadamente a proteção civil, queria lembrar do seguinte, o Senhor Vereador Carlos Martins referiu que foi o primeiro a colocar extintores nas Escolas, eu vivi esses momentos. Mas não se esqueça que eu, enquanto responsável da Proteção Civil desde 2015, já alertei para o facto de, as Escolas e as instalações Município estarem com extintores fora da validade e, portanto, que fique claro, que essa responsabilidade não foi minha, nem é minha e já alertei para isso e o Senhor Vereador Carlos Martins tinha o pelouro do Património e podia ter resolvido este problema. Com o fogo não se brinca. Não critico o bem pelo bem.”

O Senhor Vereador Carlos Martins respondeu: “Eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Conceição, fui o primeiro a pôr extintores nas escolas da Freguesia da Conceição.

Eu tive o pelouro do Património e fiz um excelente trabalho, como pode ser verificado.

Quanto às afirmações do Vereador Joaquim Matias, é bom lembrar aqui, que o pelouro da Proteção Civil não é do senhor Vereador Joaquim Matias, é partilhado com o Senhor Presidente da Câmara e eu não tenho responsabilidade nenhuma, neste momento, sobre esse assunto. A responsabilidade é do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Joaquim Matias, portanto, se o Senhor vai tentar que o Senhor Vereador Carlos Martins responda às suas provocações, está muito enganado.”

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

O Senhor Presidente interrompeu afirmando que “temos que honrar os votos que os covilhanenses nos depositaram e temos que ter aqui uma postura de elevação, de educação uns com os outros. Se não se puderem dar bem, não se deem mal. Nós temos que defender o interesse dos covilhanenses e peço-vos que não falem de questões que não têm a ver com a Câmara e que não têm a ver com o exercício da função de Vereador.

Quem pensa que fazer política é vir para aqui ofenderem-se uns aos outros, está muito enganado. Isso não é política.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias ausentou-se da reunião pelas 10:42, para representar o Município numa reunião.

O Senhor Vereador Jorge Torrão deu nota da realização de uma reunião com os Diretores de Escolas e dos Agrupamentos do concelho, no âmbito da próxima reunião da Direção Regional no dia 15, a realizar em Coimbra, onde foram debatidas várias questões sobre a rede escolar.

Congratulou-se com o Rancho Folclórico da Boidobra pelo evento realizado, refazendo o papel da “Tia Clara”, uma Senhora com mais de 90 anos de idade, enaltecendo o seu trabalho e dedicação à etnografia do concelho e da região.

Deu conhecimento da atividade promovida pelo Departamento de Cultura, designada “Os Museus vão à Escola”, que foi iniciada na Escola Secundária Quinta das Palmeiras, mostrando o que é o Museu, diferenciando um Museu passivo e com o objetivo de atrair público jovem para as visitas ao espaço museológico.

Informou que contarão com a presença do escritor Luís Ferreira, no evento “Café Literário”, que publicou a obra “Caminhos de São Tiago” e onde será apresentado um vídeo promocional sobre os Caminhos de São Tiago no nosso concelho, realçando também a divulgação feita pelo jornal regional “Jornal do Fundão”.

Felicitou a Junta de Freguesia de Orjais pela conferência realizada com o Senhor Professor Pedro de Carvalho, e que lhe fez um alerta sobre o património arqueológico da Senhora das Cabeças, pela sua importância e preservação. Disse que era importante a criação de um gabinete estratégico e planeamento para trabalhar nas candidaturas aos fundos comunitários, designadamente neste tão importante achado arqueológico do concelho da Covilhã.

Informou que o escritor Miguel Morais esteve em diversas escolas a apresentar o seu livro infantil e, no âmbito do Dia Internacional do Dia Infantil, foi promovida ação simbólica de oferta de um livro aos alunos das escolas primárias.

Realçou a realização da 2.ª edição do Concurso “Prémio Literário António Alçada Baptista” que será divulgada no dia 10 de abril, na sala de audiências do Tribunal da Covilhã e, simultaneamente, o lançamento do livro que ganhou a 1.ª edição do concurso, com o título “Gama o Herói Imperfeito”, do Dr. João Morgado, sendo ainda feita uma encenação do “Julgamento de Vasco da Gama”.

Congratulou-se com a realização do Jogo de Futebol Feminino, que será disputado entre a Seleção Nacional Portuguesa e a Espanhola, a realizar no Complexo Desportivo da Covilhã, que foi divulgado a nível nacional e internacional, promovendo também a cidade da Covilhã e os Covilhanenses.

Informou da realização da 2.ª edição da Feira de Emprego e Formação Profissional, nos dias 5, 6 e 7 de maio, no pavilhão da Anil, denominada “Olá Emprego”, este ano com a novidade do “Pró-Florestal e o Empreendedorismo Social da Covilhã”, ligada aos consórcios sociais do concelho da Covilhã e concelhos limítrofes que pretendem associar-se e em parceria com o IIEFP.

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

Saudou a iniciativa promovida pelo GER Campos Melo, sobre “Os Refugiados” e afirmou que “A Covilhã não pode alhear-se deste drama.”

Sobre o observatório social, referiu que o Município da Covilhã tem dado e que continuará a dar resposta às inúmeras necessidades que existem no nosso concelho. Agradecendo o contributo de todos, mas que “há uma nova realidade na Rede Social que se chama Rede Local de Intervenção Social, que é um consórcio social que está estabelecido junto da Misericórdia da Covilhã, emanado pelo Governo, que atua já como observatório nessas áreas da nossa preocupação.”

O Senhor Vereador Nuno Reis acrescentou, sobre este assunto, que aquilo que existe neste momento não está ainda a fazer o que deve ser trabalhado, devendo-se envolver todas as instituições conciliando as suas funções e apoio à comunidade.

O Senhor Presidente tomou a palavra e respondendo às intervenções feitas pelos Senhores Vereadores, disse:

- Não concordar com o que o Senhor Vereador disse sobre os Fundos Comunitários, porque o processo está sinalizado, está a ser acompanhado e monitorizado; pretende reforçar e organizar um novo grupo de trabalho para a análise e acompanhamento desses processos e dessas candidaturas;

- Quanto ao texto do Senhor Vereador José Pinto, afirmou que “de facto, começou a corrida para as eleições autárquicas; é uma declaração trauliteira, o Senhor Vereador levantou e bem, uma questão importante, que é a das Tarefeiras, mas que não tem a exclusividade da preocupação, levantou o problema e eu concordo inteiramente com isso.

Por sua vez, pediu e bem, que é um direito que lhe assiste como Vereador deste Executivo, direito à informação.

Dou a palavra ao Senhor Chefe de Gabinete, que o Senhor desvalorizou e utilizou o título do seu cargo no sentido depreciativo.”

O Senhor Vereador José Pinto afirmou “quando o Senhor Chefe de Gabinete põe em causa o meu direito, é de alguém que é incompetente.”

Interveio o Senhor Chefe de Gabinete para esclarecer o seguinte: “O Senhor Vereador telefonou-me no dia 28, pelas 11 horas da manhã, estava de férias, a dizer que me estava a procurar nos corredores da Câmara, porque tinha sido informado pela Divisão de Educação que eu teria uma listagem de Tarefeiras para lhe entregar, solicitando essa informação. Expliquei ao Senhor Vereador, que eu estava de férias, que não tinha conhecimento que a Divisão de Educação me tinha enviado esse documento e, assim que eu regressasse de férias, essa informação, caso os trâmites processuais fossem cumpridos, porque inclusivamente perguntei ao Senhor Vereador se já tinha falado com o Senhor Presidente da Câmara, porque desconhecia o assunto. Eu não pus em causa o acesso dele à informação, disse é que existem procedimentos para ter acesso a essa informação, tal como um Deputado Municipal quando necessita de informação relativamente à Câmara Municipal, tem que fazer um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara. E a prova que, eventualmente, o Senhor Vereador ouviu as minhas palavras, ele próprio disse e escreveu na sua declaração, que depois enviou um e-mail, no dia a seguir, ao Senhor Presidente da Câmara, no dia 29 de março, a solicitar essa informação por escrito. Portanto, cumpriu a regra e eu no dia 4, quando regresssei ao serviço, falei com o Senhor Presidente da Câmara que me informou que essa informação era para disponibilizar e os serviços estão a ultimar essa informação. Quero que isto fique claro, não

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

vou voltar a falar sobre esta matéria, até porque se tratou de uma conversa telefónica e, infelizmente, eu não tenho por hábito gravar telefonemas, nem coisas do género, porque acredito na palavra e nas pessoas com quem falo. Aquilo que foi dito foi textualmente o que aqui estou a afirmar. O Senhor Vereador levou, eventualmente, os meus receios procedimentais como uma recusa de acesso à informação, que é uma interpretação dele, agora eu não concordo, aliás repudio veemente as acusações que ele me está a fazer, até porque quando nós falamos de competência é algo que está muito inerente a quem faz essa avaliação e é uma coisa que funciona para os dois lados.”

O Senhor Vereador José Pinto disse que “é pena não ter gravado a chamada. Continua a ser inverdades aquilo que está a dizer. Eu parti do princípio que não precisaria de fazer o requerimento que fiz, tendo em conta duas coisas: havia a decisão de que é necessário fazer a elaboração dessa lista – no mesmo dia que falei com a Dr.^a Telma, Coordenadora do Departamento falei, por sinal, como Vereador Jorge Torrão e estava também presente a Dr.^a Sónia Reis; revelaram toda a disponibilidade; e em momento algum foi colocada a questão da necessidade de ter que fazer um requerimento, porque o Senhor Vereador deu orientações à Dr.^a Telma e à Dr.^a Sónia para me fazerem chegar o documento. Sabia que ia demorar o seu tempo, tendo em conta que dependia de terceiros. O Senhor Vereador disse apenas isto. Como nós somos pessoas de boa-fé, eu entendi que as suas palavras eram para cumprir. Depois de eu ter ido ao gabinete saber se o documento estava pronto ou não, fui informado que o mesmo, concluído que estava, já não se encontrava no Departamento e que estava nas mãos do Senhor Chefe de Gabinete. Foi nessa altura que eu tive a “ousadia” de telefonar ao Senhor Chefe de Gabinete e colocar-lhe a questão. Ele disse e não me desminta porque é verdade, “eu nem sei se o Senhor tem direito ao acesso a estes documentos, porque estamos a falar de pessoas, de dados”. Eu disse-lhe que não queria saber se tem 20 anos, se tem 50, se é casado, se é solteiro, eu só queria o nome da pessoa e o local onde trabalha, para as poder contactar se assim o entendesse. Não é verdade o que o Senhor está a dizer. O Senhor comprometeu-se que, na terça-feira, a seguir às suas férias, far-me-ia chegar o documento que estava nas suas mãos e que já não precisava de ser trabalhado. Mas o Senhor nem sequer me voltou a contactar e isso que é falta de dignidade. Ao menos poderia ter dito: “Olhe Vereador, há um contratempo, eu tenho que falar com o Presidente, pelo que não tenho a possibilidade de lhe fazer chegar isso”, mas não. Na quarta-feira à noite, eu e o Senhor Vereador encontrámo-nos e desabafei com ele esta situação. O Senhor Vereador como não me disse que não podia falar naquele sítio, de questões da Câmara, conversámos e disse, “amanhã tens a lista nas tuas mãos”, o que não veio a acontecer. No seguimento da conversa com o Senhor chefe de gabinete, e ao dizer-me que “talvez fosse melhor falar com o Senhor Presidente”, eu, a partir desse momento, entendi que tinha que formalizar a questão. Se é isso que os Senhores querem, eu vou por aí, eu passo a fazer tudo por escrito. Mas o Senhor Presidente nem me respondeu ao e-mail e por isso é que eu disse há pouco que “o copo de água transbordou”; o Vereador promete-me que os Técnicos me fariam chegar o documento no dia seguinte; o Chefe de Gabinete promete-me que assim que viesse de férias mo daria e o Senhor Presidente não me responde ao e-mail. Eu pergunto - perante isto o que é que eu poderia fazer?”

O Senhor Chefe de Gabinete afirmou novamente que “eu disse que vinha a trabalhar no dia 4 de abril. Pode confirmar no mapa de férias.”

Continuou o Senhor Vereador José Pinto dizendo – “O Senhor disse-me que vinha na terça-feira a seguir, da semana passada e não desta semana. Não me minta. O Senhor disse-me que vinha na terça-feira, se é mentiroso eu não tenho culpa. Se me estão a desmentir, será que não tenho o direito de me defender?”

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

O Senhor Presidente interrompeu dizendo “eu sei porque é que o Senhor está aborrecido e vou-lhe já a dizer porquê, com a minha frontalidade, o Senhor pensou montar um número político com isto, que é legítimo, o PCP vai fazer aqui um número, vai defender os seus trabalhadores e vai pedir a lista, vai propor isto e vai propor aquilo. No final da reunião do dia 18, eu propus a mesma solução que estou aqui a dizer, que é a solução do problema e o assunto está esvaziado, politicamente esvaziado. Como está politicamente esvaziado, o Senhor agarra-se à conversa, às interpretações para a esquerda, para a direita. Eu ando há suficientes anos na política para perceber essas coisas e o Senhor foi antecipado. Começou a campanha política.”

O Senhor Vereador José Pinto respondeu: “está a fazer juízos de valor e eu não sou candidato a nada. Eu estou farto da política e da maioria dos políticos, principalmente daqueles que não têm dignidade e daqueles que usam a mentira para se evidenciar.”

Continuou o Senhor Presidente a sua intervenção O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos do Chefe de Gabinete e prosseguiu com a reunião informando que, sobre o Banco Alimentar, já foram visitar alguns locais e ficou estipulado que se iria sensibilizar uma Associação que tem as suas instalações anexas às do Banco Alimentar, que não se serve delas para a sua atividade, que serão instalados noutra local mais adequado e que assim, o Banco Alimentar poderá ali guardar o papel e os alimentos. Foi também contactada a ADC para proceder à limpeza da entrada das instalações que não permite a entrada de viaturas.

Sobre o Tribunal de Trabalho informou que estará na Covilhã, na próxima semana, a Senhora Secretária de Estado e que lhe mostrará possíveis locais para a instalação deste serviço.

Quanto à limpeza das ribeiras da cidade, informou que a ADC já tem programado uma intervenção nas ribeiras, mas que ainda não foi realizada devido às más condições climáticas, que se têm verificado.

Informou ainda que o trabalho realizado pelo Senhor Ex-Vereador Nelson Silva foi bastante significativo e que tem na sua posse vários documentos sobre Desenvolvimento e Planeamento Estratégico, por ele elaborado e que reconhece o bom trabalho por ele realizado e que agradeceu.

Referiu que o Governo está sensibilizado para a construção da Barragem e que deverá ser incluída no Plano Nacional de Barragens; que o sistema de águas está a ser modificado por este Governo, com uma nova visão sobre este assunto; que devemos pensar se será melhor avançarmos com a construção sozinha ou se será melhor a partilharmos com outros Municípios, acautelando os nossos interesses e o nosso património.

Acrescentou ainda, que dificilmente se encontraria uma equipa com este nível de qualidade e competência, para a gestão do Centro Hospitalar Cova da Beira e informou que o Governo está a tratar da questão do ACeS Cova da Beira, que não tem sido fácil de resolver.

O Senhor Vereador José Pinto lamentou ainda o facto de o Senhor Presidente não ter aceiteado a sua sugestão de se criar um grupo de trabalho, em parceria com várias instituições do concelho, sem custos e de se “ter deixado enganar” pelo Senhor Dr. Nelson Silva, que “o deixou com o menino nos braços e abandonou o barco”.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi proposto a retirada da ordem de trabalhos da alínea c) do ponto 5.2 (DOP), o que foi aprovado.

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente para aprovação as Atas n.º 4/2016, de 04/03/2016 e n.º 5/2016 de 18/03/2016.

A Câmara deliberou aprovar as Atas n.º 4/2016, de 04/03/2016 e n.º 5/2016 de 18/03/2016.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 928.368,12 € (novecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e oito euros e doze cêntimos).

. Documentos: 2.591,20 € (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 28.756,29 € (vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e seis euros e vinte e nove cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 899.611,83 € (oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e onze euros e oitenta e três cêntimos).

4. DESPACHOS

Não existem assuntos agendados neste ponto.

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Proposta de alienação da participação do Município de Carregal do Sal na Sociedade Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.

Presente ofício referência n.º 00815, do Município de Carregal do Sal, datado de 10/03/2016, propondo a alienação da sua participação societária detida na sociedade Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, titular de 5.000 ações, no valor nominal de 24.950,00 €, que representam 1% do capital da referida sociedade.

De acordo com a informação dos serviços, o Município da Covilhã, no âmbito do processo de reorganização do grupo autárquico, tem vindo a tentar semelhante operação, pelo que propõe que a Câmara delibere não exercer o direito de preferência na aquisição.

A Câmara, no âmbito do processo de reorganização do grupo autárquico e nos termos da informação dos serviços, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição de 5.000 ações da participação do Município de Carregal do Sal na Sociedade Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA.

b) Abertura de procedimento concursal de negociação para locação do estabelecimento destinado à comercialização de produtos regionais a instalar no piso 0 do edifício dos Paços do Município

Presente informação I-CMC/2016/1071, do Serviço de Património, datada de 17/03/2016, propondo, para aprovação, as condições gerais da locação do estabelecimento do Piso 0, do edifício dos Paços do Município, destinado à comercialização de produtos regionais, a publicitação do anúncio do concurso, em duas edições, no Jornal do Fundão, no próximo Boletim Municipal e no sítio do Município, na internet, bem como nomear a respetiva Comissão Responsável pela Negociação.

A Câmara deliberou aprovar as condições gerais da locação do estabelecimento do Piso 0, do edifício dos Paços do Município, destinado à comercialização de produtos regionais.

Mais deliberou publicitar o anúncio do concurso, em duas edições, no Jornal do Fundão, no próximo Boletim Municipal e no sítio do Município, na internet e designar a Comissão Responsável pela Negociação, constituída por:

Presidente - Dr.ª Graça Robbins;

Vogal – Eng.º Jorge Vieira

Vogal - Dr. Júlio Costa;

Suplente - Dr. Ricardo Serra

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções Definitivas

- Empreitada de Requalificação Urbana da Estrada Municipal 504 entre a Lanofabril e a Ponte de Cantar Galo

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva dos trabalhos da Empreitada de Requalificação Urbana da Estrada Municipal 504 entre a Lanofabril e a Ponte de Cantar Galo.

- Empreitada da obra de Construção do Centro de Saúde do Dominguiso

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva dos trabalhos da Empreitada da obra de Construção do Centro de Saúde do Dominguiso.

- Empreitada para a execução da obra "Ampliação da cobertura dos lados Norte e Sul do Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva dos trabalhos da Empreitada da obra "Ampliação da cobertura dos lados Norte e Sul do Complexo Desportivo da Covilhã.

- Empreitada de Ampliação do Cemitério de Verdelhos

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva dos trabalhos da Empreitada da obra de Ampliação do Cemitério de Verdelhos.

b) Liberação de Cauções

- Empreitada "Trabalhos de Arranjos Exteriores na Zona da Várzea, na Envolvente ao Espaço Lúdico da Freguesia do Canhoso"

Presente auto de vistoria à obra atrás indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 90% da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base na informação dos serviços e no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de vistoria e autorizar a liberação de 90% da caução total prestada no contrato de "Trabalhos de Arranjos Exteriores na Zona da Várzea, na envolvente ao Espaço Lúdico da Freguesia do Canhoso, correspondente ao período de tempo decorrido, nos termos do disposto nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto.

c) Relatório do Estado do Ambiente Acústico Municipal do Biénio 2014/2015

A Câmara deliberou retirar este assunto da Ordem de Trabalhos.

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Habitação social

- Atribuição de habitação

Presente a informação sob a referência E-CMC/2016/1333, datada de 04/04/2016, do Serviço de Ação Social, propondo a atribuição de habitação social sita na Urbanização das Nogueiras, Bloco 10 – 1.º Esq.º - Teixoso, à munícipe Elisabete da Conceição Marques.

A Câmara nos termos da informação dos serviços e do despacho do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou atribuir a habitação social sita na Urbanização das Nogueiras, Bloco 10 – 1.º Esq.º - Teixoso, à munícipe Elisabete da Conceição Marques.

Presente a informação sob a referência E-CMC/2016/1330, datada de 04/04/2016, do Serviço de Ação Social, propondo a atribuição de habitação social sita no Bairro do Cabeço, Bloco 8, 2.º Esq. - Tortosendo, à munícipe Fernanda Maria Gouveia Vicente.

A Câmara nos termos da informação dos serviços e do despacho do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou atribuir a habitação social sita no Bairro do Cabeço, Bloco 8, 2.º Esq. - Tortosendo, à munícipe Fernanda Maria Gouveia Vicente.

Presente a informação sob a referência E-CMC/2016/1221, datada de 29/03/2016, do Serviço de Ação Social, propondo a atribuição de habitação social sita na Urbanização das Nogueiras, Bloco 14, r/chão Dto. - Teixoso, à munícipe Natália da Conceição Ferreira dos Santos das Neves.

A Câmara nos termos da informação dos serviços e do despacho do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou atribuir a habitação social sita na Urbanização das Nogueiras, Bloco 14, r/chão Dto. - Teixoso, à munícipe Natália da Conceição Ferreira dos Santos das Neves.

- Permuta de Habitação

Presente informação sob a referência I-CMC/2016/41199, datada de 24/03/2016, do Serviço de Habitação, propondo a permuta da habitação ao munícipe José Nabais Feliciano, da atual habitação, sita em Pinhal do Gaiteiro, Bloco 4, 3.º Frente – Bairro da Biquinha, Covilhã (T3), para a Rua Operário Têxtil, Bloco 12, 1.º Direito - Quinta da Alâmpada, Boidobra (T3). Mais informa que o munícipe irá efetuar obras de reparação na habitação, de acordo com o Orçamento apresentado, propondo-se que lhe seja isentado o pagamento da renda por um período de 18 meses.

A Câmara, nos termos da informação dos serviços e do despacho do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou autorizar a permuta de habitação ao munícipe José Nabais Feliciano, da

atual habitação, sita em Pinhal do Gaitero, Bloco 4, 3.º Frente – Bairro da Biquinha, Covilhã (T3), para a Rua Operário Têxtil, Bloco 12, 1.º Direito - Quinta da Alâmpada, Boidobra (T3).

Mais deliberou isentar o munícipe do pagamento da renda estabelecida no Contrato de Arrendamento, por um período de 18 meses, por conta das obras de reparação a efetuar na habitação.

- Alteração de contrato de arrendamento

Presente minuta de Contrato de Arrendamento Apoiado para Habitação, propondo a transmissão do contrato de arrendamento do locado sito no Bairro do Cabeço, Bloco 11, 1.º Direito - Tortosendo, em nome de Adélia Maria Ferreira Matos Gonçalves.

A Câmara, nos termos da informação do serviço, deliberou aprovar a transmissão do contrato de arrendamento em nome de Paulo José Figueiredo Gonçalves, para Adélia Maria Ferreira Matos Gonçalves.

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Programa das Comemorações do 42.º Aniversário do 25 de Abril

Presente para aprovação o Programa Comemorativo do 42º Aniversário do 25 de Abril,

O Senhor Vereador José Pinto referiu: “lamento que, contrariamente ao prometido, o programa do 25 de Abril seja da inteira responsabilidade da maioria da Câmara; lamento ainda não se ter iniciado a preparação do evento, como prometido pelo vereador Jorge Torrão, em setembro, em particular com as escolas, para, dessa forma, envolver os jovens do concelho; lamento também não se ter constituído, à semelhança de anos anteriores, a Comissão Organizadora”.

Por último, disse que se iria abster na votação como forma de protesto pelo não cumprimento do atrás referido.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

Foi proposto uma alteração do Programa, passando a atividade do dia 18 para 21 de abril pelas 18:00 horas, o que foi aceite.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Programa Comemorativo do 42º Aniversário do 25 de Abril.

b) Proposta e Regulamento Prémio Literário António Alçada Baptista/Cidade da Covilhã

Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de março de 2016, para a 2.ª edição do prémio literário “António Alçada Baptista/Cidade da Covilhã”, que pretende simultaneamente homenagear o autor que dá o nome a este prémio e galardoar aqueles que se venham a distinguir através das melhores obras no género de ficção narrativa, de acordo com Regulamento do concurso.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a 2.ª edição do Prémio literário “António Alçada Baptista/Cidade da Covilhã”, nos termos do Regulamento definido e aprovado para o efeito.

c) Aceitação de doação de obras de arte

Presente minuta de auto de doação e informação, da Divisão de Cultura, Juventude e Desporto, datada de 01/04/2016, para efeitos de aceitação da doação, face à vontade

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

manifestada pela Universidade da Beira Interior, em doar uma pintura a óleo sobre tela com representação do Calvário e duas estampas, uma do Sagrado Coração de Maria e outra do Sagrado Coração de Jesus, ao Museu de Arte Sacra.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea j) do número 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aceitar a doação de um uma pintura a óleo sobre tela com representação do Calvário e duas estampas, uma do Sagrado Coração de Maria e outra do Sagrado Coração de Jesus, ao Museu de Arte Sacra, da Universidade da Beira Interior, para enriquecer o espólio documental do Museu de Arte Sacra.

Mais deliberou, aprovar e celebrar o respetivo auto de doação.

ATA DA REUNIÃO DE 08/04/2016

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:30 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em Exercício declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 0,00€.

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____